



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CAMPUS V - JOÃO PESSOA/PB
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

HAULISSON RADYNNY LIRA DA SILVA

**LEGADOS AUTORITÁRIOS E A INFLUÊNCIA DO NÚCLEO MILITAR NA
POLÍTICA EXTERNA: GOVERNO BOLSONARO (2019) E A CRIAÇÃO DO
PROSUL**

JOÃO PESSOA - PB
2023

HAULISSON RADYNNY LIRA DA SILVA

**LEGADOS AUTORITÁRIOS E A INFLUÊNCIA DO NÚCLEO MILITAR NA
POLÍTICA EXTERNA: GOVERNO BOLSONARO (2019) E A CRIAÇÃO DO
PROSUL**

Trabalho de Conclusão de Curso (Artigo) apresentado à Coordenação do Curso Relações Internacionais da Universidade Estadual da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Profa. Ma. Jenifer Queila De Santana

**JOÃO PESSOA - PB
2023**

É expressamente proibido a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano do trabalho.

S586l Silva, Haulisson Rodynny Lira da.

Legados autoritários e a influência do núcleo militar na política externa [manuscrito] : Governo Bolsonaro (2019) e a criação do PROSUL / Haulisson Rodynny Lira da Silva. - 2023.

35 p.

Digitado.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Biológicas e Sociais Aplicadas, 2023.

"Orientação : Profa. Ma. Jenifer Queila de Santana, Coordenação do Curso de Relações Internacionais - CCBSA. "

1. Legados autoritários. 2. Governo Bolsonaro. 3. Militares.
4. PROSUL. I. Título

21. ed. CDD 327.81

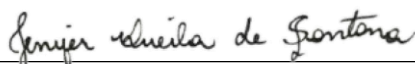
HAULISSON RADYNNY LIRA DA SILVA

**LEGADOS AUTORITÁRIOS E A INFLUÊNCIA DO NÚCLEO MILITAR NA
POLÍTICA EXTERNA: GOVERNO BOLSONARO (2019) E A CRIAÇÃO DO
PROSUL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Relações Internacionais da
Universidade Estadual da Paraíba como
requisito parcial à obtenção do título de
bacharel em Relações Internacionais.

Aprovado em: 28 / 06 /2023.

BANCA EXAMINADORA



Jenifer Queila de Santana (Orientadora)
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)



Fábio Rodrigo Ferreira Nobre
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

Luiza Rosa Barbosa de Lima Assinado de forma digital por Luiza Rosa Barbosa de Lima
Dados: 2023.06.29 05:28:22 -03'00'

Luiza Rosa Barbosa de Lima
Universidade Estadual da Paraíba (UEPB)

“Vou mostrar todas as coisas que vocês não deram valor, que nunca esperaram ver desse menino do interior” (Jão, 2018).

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNV - Comissão Nacional da Verdade

DSN - Doutrina da Segurança Nacional

DoiCodi - Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna

EUA - Estados Unidos da América

PEB - Política Externa Brasileira

PROSUL - Foro para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul

PRT - Partido Republicano Trabalhista

PRTB - Partido Renovador Trabalhista Brasileiro

PSL - Partido Social Liberal

UNASUL - União de Nações Sul-Americanas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2 REFERENCIAL TEÓRICO: PERSISTÊNCIA DOS LEGADOS AUTORITÁRIOS	9
2.1 Legados autoritários e justiça de transição no Brasil.....	11
2.2 Legados autoritários e Política Externa	14
3 PERSISTÊNCIA DOS LEGADOS AUTORITÁRIOS NA FIGURA DE JAIR BOLSONARO E NO INÍCIO DO SEU GOVERNO:	16
3.1 Jair Bolsonaro e sua trajetória política:	17
3.2 Início do governo bolsonaro:	20
3.3 A influência militar:	22
4 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO INÍCIO DO GOVERNO BOLSONARO:	25
4.1 Caso PROSUL:	28
5 CONCLUSÃO.....	31
REFERÊNCIAS	33

LEGADOS AUTORITÁRIOS E A INFLUÊNCIA DO NÚCLEO MILITAR NA POLÍTICA EXTERNA: GOVERNO BOLSONARO (2019) E A CRIAÇÃO DO PROSUL

AUTHORITARIAN LEGACIES AND THE INFLUENCE OF THE MILITARY CORE IN FOREIGN POLICY: BOLSONARO GOVERNMENT (2019) AND THE CREATION OF PROSUL

HAULISSON RADYNNNY LIRA DA SILVA

RESUMO

O presente trabalho tem dois objetivos principais, entender quais as implicações dos legados autoritários presentes na pessoa de Jair Bolsonaro e do seu núcleo militar formado no início do seu governo, além de compreender a influência e os interesses deste grupo na Política Externa Brasileira em relação a criação do PROSUL. Para esse propósito, foram analisados o arcabouço teórico relacionado aos legados autoritários, o processo de transição de regimes e a justiça de transição, como também os legados autoritários na Política Externa. Ao investigar os legados autoritários presentes no político Jair Bolsonaro e no núcleo militar no início de seu governo, constatou-se que houve o reconhecimento do regime militar como modelo de governo. Além disso, a adesão ao PROSUL, embora influenciada por viés ideológico e político, revelou-se como uma estratégia para alcançar resultados econômicos no processo de integração regional, graças a uma abordagem paralela na Política Externa Brasileira liderada pelos militares, caracterizada por uma postura pragmática.

Palavras-Chave: legados autoritários; governo Bolsonaro; militares, PROSUL.

ABSTRACT

The present work has two main objectives, understanding the implications of the authoritarian legacies present in the person of Jair Bolsonaro and his military nucleus formed at the beginning of his government, in addition to understanding the influence and interests of this group in Brazilian Foreign Policy about the creation of PROSUL. For this purpose, the theoretical framework related to authoritarian legacies, the regime transition process, and transitional justice were analyzed, as well as authoritarian legacies in Foreign Policy. When investigating the authoritarian legacies present in the politician Jair Bolsonaro and the military core at the beginning of his government, it was found that there was recognition of the military regime as a model of government. In addition, joining PROSUL, although influenced by ideological and political bias, proved to be a strategy to achieve economic results in the regional integration process, thanks to a parallel approach in Brazilian Foreign Policy led by the military, characterized by a pragmatic stance.

Keywords: authoritarian legacies; Bolsonaro government; military, PROSUL.

1 INTRODUÇÃO

Marcada pela explosão de ditaduras civis-militares em sua ampla extensão territorial no período do contexto político da Guerra Fria, a América Latina ainda nas últimas décadas do século XX caminhava para a retomada de regimes democráticos. O Brasil, por exemplo, sofreu com o golpe militar em 1964 no qual permaneceu até 1985, período esse que foi marcado pela centralização de poder, autoritarismo, repressão, censura, violências, entre outras caracterizações que reflete o quão o regime de exceção privou as liberdades civis da nação. Após o fim da ditadura, iniciou-se o processo de transição de regimes, período marcado pela negociação dos militares para democratizar o país, com isso houve a persistência dos legados autoritários no cenário político e nas instituições democráticas.

Com o surgimento de Jair Messias Bolsonaro no cenário político, observou-se uma herança do regime militar nos debates políticos devido sua apologia à ditadura. Capitão reformado do exército entrou no meio político como vereador do Rio de Janeiro em 1988, mas trinta anos depois foi eleito como 38º Presidente da República do Brasil. No seu governo, iniciou-se um processo intensificado da ocupação de cargos civis por militares, apesar de ter começado no governo Temer, tal processo que remeteu ao período ditatorial marcado pela presença dos militares no poder.

Nesse contexto, este trabalho tem dois objetivos. O primeiro é entender quais as implicações dos legados autoritários presentes na pessoa de Jair Bolsonaro e do seu núcleo militar formado no início do seu governo. O segundo é compreender a influência e os interesses deste grupo na Política Externa Brasileira em relação a criação do PROSUL, o mais novo bloco sul-americano.

A respeito da metodologia do estudo, a pesquisa se classifica como qualitativa, já que haverá a averiguação da persistência dos legados autoritários e suas características em relação ao aumento de militares no início do governo Bolsonaro. No que diz respeito à natureza da pesquisa, será básica, visto que o objetivo é produzir conhecimentos que tenham aplicabilidade e relevância no âmbito das ciências. No que se refere aos objetivos, se classifica como uma pesquisa de natureza descritiva, pois o estudo busca realizar uma análise em relação aos legados autoritários e governo Bolsonaro na adesão do PROSUL. Quanto aos procedimentos, serão usadas as técnicas de pesquisa bibliográfica e documental, além de utilizar informações provenientes de discursos e matérias jornalísticas.

Para um melhor entendimento, o estudo foi dividido em cinco seções. Seguindo a introdução, a segunda seção irá abordar sobre o arcabouço teórico relacionado aos legados

autoritários, descrevendo suas características, impactos, relação com o processo de transição de regimes e a justiça de transição. Ademais se discutirá como se pode verificar esses legados em decisões de Política Externa. Na terceira seção, serão analisados os legados autoritários na figura do político Jair Bolsonaro, sua trajetória política e o início do seu governo enquanto Presidente. Na quarta seção, examinaremos a Política Externa do governo Bolsonaro, e a influência militar até a adesão do PROSUL. Por fim, a conclusão da análise em relação aos objetivos do trabalho.

2 REFERENCIAL TEÓRICO: PERSISTÊNCIA DOS LEGADOS AUTORITÁRIOS

Estados Nacionais que fazem a transição de um regime militar para o regime democrático, passam pelo processo de consolidação democrática, entretanto, é impossível considerar a consolidação de uma democracia no qual o poder civil se encontra sob tutela militar (ALBUQUERQUE et. al., 2011), pois a presença militar reforça que a transição de regime não foi finalizada ou que há ainda fragmentos do período ditatorial presente na redemocratização. Exemplos disso são Argentina e do Chile, onde a transição foi submetida em uma maior proporção à tutela militar e à reserva de domínio de autoridade (ALBUQUERQUE et. al., 2011, p. 22), ou seja, mesmo após a redemocratização os aspectos militares autoritários característico do regime de exceção permaneceram.

Segundo Costa e González (2019, p. 125) , a sub-região do Cone Sul, da qual o Brasil faz parte, ao lado da Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai, é caracterizada pela severa violação aos direitos humanos e pela adesão à Doutrina da Segurança Nacional (DSN)¹. Além disso, outras características em comum foram encontradas, como a implementação de instituições, valores e orientações que perpassaram o regime de exceção e perduraram na democratização (PADRÓS, 2008; CERVEIRA, 2009; DE SOUZA, 2011 apud COSTA; GONZÁLEZ, 2019), o que significa que elementos importantes do regime de exceção continuam presentes na estrutura do Estado e, conseqüentemente, são incorporados à democracia mesmo após sua transição. Essa continuidade é conceituada como legado autoritário. Conforme Melo e Zaverucha (2016, p. 114), o legado autoritário é composto pela vigência de regras, procedimentos, padrões, disposições, relacionamentos e memórias

¹ “Por DSN entendemos como um corpo teórico-político que compreende basicamente alguns tópicos, quais são: criação de um arsenal teórico de defesa da liberdade e dos ideários da civilização ocidental e cristã, com uma linha ideológica conservadora, liberal e positivista, que pregava a soberania do Estado como algo ilimitado” (FERREIRA, 2016, p.2)

originadas em um passado de definidas experiências autoritárias, criadas ou aperfeiçoadas durante o período militar, por interessar ao governo autoritário e/ou às Forças Armadas como instituição.

Os legados autoritários também podem ser definidos como resquícios do regime burocrático-autoritário que se prolongam pós-regime de exceção mesmo com a finalização da transição à democracia (GALLO; GUGLIANO, 2013, p. 5). Logo, é válido ressaltar que os legados autoritários, conseqüentemente, afetam a qualidade do regime democrático, pois:

os legados são intimamente imbricados numa dinâmica de continuidade de um fenômeno que existiu e estão presentes em diversas esferas sociais, tanto nas instituições formais quanto no que concerne a práticas e experiências que ligam a sociedade civil ao Estado (COSTA, GONZÁLEZ, 2019, p.127).

Neste cenário é perceptível que o processo de saída do regime de exceção para a transição rumo à democracia não ocorreu de forma linear devido suas nuances e dificuldades, em especial à ausência de mecanismos de responsabilização e reconciliação como a comissão da verdade, julgamentos, punições, prisões, pagamentos de compensações, mas também pela ação de forças políticas que atuaram para que essas raízes autoritárias não fossem apagadas ou excluídas no cenário e nas estruturas da política. Estes enclaves autoritários podem ser identificados, por exemplo, na Constituição Federal dos Estados, em algumas instituições do poder coercitivo e dentre outras instituições. No Chile, por exemplo, a Constituição Política da República do Chile foi elaborada durante o regime autoritário de Augusto Pinochet (1973-1990).

Para além do legado autoritário, existe também a justiça de transição, presente em alguns países que saíram do período de exceção, sendo este um mecanismo importante que interfere diretamente na postergação dos legados autoritários, pois sua principal finalidade é buscar a justiça para os crimes ocorridos durante a ditadura militar, reforçando também a existência de um passado autoritário para que o Estado assuma sua responsabilidade. Segundo Oliveira (2017), Estados nacionais que vivenciaram períodos ditatoriais nos quais houve a grave violação aos direitos humanos oriunda da ação do Estado, na transição para a democracia estabelecem a justiça de transição, um elemento fundamental para esse processo de reconstrução democrática. Regimes de exceção são marcados pelo autoritarismo que resulta em abuso de poder ou o uso excessivo da força coercitiva justificada na legitimidade do uso da força por parte do Estado nacional, no qual os direitos humanos são os principais alvos de transgressões. A justiça de transição está relacionada à necessidade de restabelecer um Estado de Direito verificando as violações cometidas pelo mesmo Estado que vivenciou o período

não democrático, interligando ao contexto e buscando justiça no processo de mudanças políticas (ALMEIDA; TORELLY, 2010).

Em relação às medidas da justiça de transição, de acordo com Meyer (2015) elas variam de acordo com o contexto particular de cada país. Sobretudo, a justiça pode não ser apresentada de forma imediata, pois pode haver seu prolongamento na efetividade em favor de outras ferramentas. Essa informação é importante para refletir sobre a demora e a postergação nas providências de ações em relação a justiça de transição em alguns Estados nacionais, e apesar do adiamento é significativo que:

cada país deverá descobrir a melhor forma de nutrir seu processo de acordo com suas necessidades e possibilidades, desenvolvendo suas políticas públicas de memória e esquecimento, de perdão e punição, de lidar com o seu passado violento, para desenvolver estratégias de consolidação às instituições, para avançar no processo democrático e para que a experiência de desrespeito à vida e à dignidade da pessoa humana não se repita nunca mais (OLIVEIRA, 2017, p. 104).

Outro ponto considerável a respeito da justiça de transição, segundo Almeida e Torelly (2010), é o fato de que as ideias normativas incorporadas no conceito de justiça de transição desempenham um papel importante na força política necessária para a consolidação democrática, uma vez que tornam visíveis os movimentos políticos que restringem a democracia em nome dos direitos fundamentais. É de suma importância o papel exercido pela justiça de transição nesses países que passaram por esse movimento de passagens de regimes, pois uma finalidade importante da justiça de transição é conferir responsabilidades aos praticantes dos atos de grave violação, encadeando a harmonia do resgate da memória e da verdade, com o desígnio de fortalecer as instituições com os valores do Estado Democrático de Direito (OLIVEIRA, 2017, p. 122).

Ademais, quando há um atraso na postergação em relação a justiça de transição ou falta de coordenação na atuação do mecanismo, reverbera na persistência dos legados autoritários que, conseqüentemente, irão exercer força política, social e cultural influenciando na conservação e no funcionamento pleno da democracia, além de causar prejuízos para o presente e futuro da nação.

2.1 Legados autoritários e justiça de transição no Brasil

Para pensar legados autoritários no Brasil, antes é importante ter conhecimento sobre a transição do regime de exceção para o regime democrático, pois esse movimento

transnacional reflete muito sobre a possível solidificação da democracia. Ainda no governo militar já se discutia sobre a transição, entretanto, havia a forte coordenação militar para realização de tal processo. De acordo com Filho e Castro (2014), o controle da transição política era liderado tanto pelos militares, como também pelos setores da sociedade que os apoiavam, tal fato ocorreu ainda em meados da década de 1970 e o gerenciamento foi pautado na ameaça ressurgente de autoritarismo. Quando a transição de regime ocorreu no Brasil, Pires Júnior e Torelly (2010) destacam que houve o controle militar para garantir que a transição ocorresse de forma demorada e gradativa para que os militares tivessem a segurança do movimento de acordo com a política criada pelo regime e por apoiadores. Em outras palavras, a transição do regime ocorreu de acordo e com o veredito dos militares, conseqüentemente, não houve uma ruptura do regime, mas uma negociação para realização da transição.

Feito a execução da transição de regimes com a participação militar, os legados autoritários perpassaram junto com o movimento, no sentido de continuidade, isso significa que, mesmo após os processos de finalização da transição política, os mesmos continuaram presentes já que não houve a ruptura.

Nas estruturas da política brasileira, os legados autoritários estão presentes em várias áreas como, por exemplo, no âmbito das Forças Armadas. Gallo e Gugliano (2013) citam também outros elementos como legados autoritários que são conservados, como a manutenção da interpretação da anistia recíproca, a persistência de uma política nacional de sigilo documental a respeito do período ditatorial, e as prerrogativas militares das Forças Armadas, sendo estes atores na reprodução dos fragmentos de uma cultura autoritária.

Ademais, na resenha crítica sobre o livro “O que resta da ditadura”, organizado por Edson Teles e Vladimir Safatle, a autora Maria Bissoto (2010) expõe que escritor Gilberto Bercovici no seu artigo² evidencia que as estruturas administrativas estatais estabelecidas durante o regime militar permanecem em vigor, sem que as leis promulgadas nesse período tenham sido modificadas, apesar das alterações na Constituição. Em outras palavras, significa que o aparato estatal não passou por ajustes para se adequar a um Estado democrático, no qual, usualmente, a Constituição serve como base do direito administrativo (BISSOTO, 2010, p. 143).

² BERCOVICI, Gilberto. “‘O direito constitucional passa, o direito administrativo permanece’: a persistência da estrutura administrativa de 1967”. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. O que resta da ditadura: a exceção brasileira. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 77-90.

A respeito da Justiça de Transição, ainda no Estado ditatorial, o Brasil inicia o processo com a lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979, conhecida como a Lei da Anistia. A lei concedia anistia, ou seja, perdão para crimes entre o período de 1961 a 1979, nessa delimitação temporal sua grande parte contempla o período do regime militar, no qual os crimes praticados utilizavam do aparato estatal, pois o regime ficou caracterizado pela imposição de autoritarismo e pela ocorrência de atos violentos.

Entretanto, há críticas a essa lei devido a anistia e a não responsabilização de agentes nesse período determinado. De acordo com Filho e Castro (2014), na responsabilização desses agentes que acabaram por usufruir do aparato estatal para cometer crimes, a Lei da Anistia diante do Judiciário tem se mostrado ampla, geral e irrestrita, ou seja, a lei acaba sendo muito ampla, dentro de suas limitações, pois a anistia é sempre concedida sem que haja punições ou responsabilização desses agentes. Ainda a respeito da lei, é importante saber que:

Uma análise superficial poderia resultar na conclusão de que a Lei de Anistia é um empecilho, um “erro” no percurso das transições políticas. Ocorre que, a anistia de 1979 trouxe a estabilidade política necessária para que os militares se sentissem seguros o suficiente para, se não auxiliar, ao menos não dificultar o processo de abertura política (FILHO; CASTRO. 2014, p. 62).

É significativa também a presença da lei no Judiciário, pois durante a transição havia a esperança de responsabilização por meio dela. No entanto, ao longo dos anos, a Lei de Anistia definiu o tratamento dado ao passado histórico brasileiro, onde os princípios de "perdão e esquecimento" buscaram promover a harmonia entre agressores e vítimas no contexto do novo Estado de Direito (SABADELL; DIMOULIS, 2011 *apud* MCARTHUR, 2012, p. 85), ou seja, houve a dificuldade do Estado em realizar a justiça de transição, já que a Lei da Anistia provocou deficiências na atuação do mecanismo. Ademais, o autor McArthur (2012) explica que a falta de questionamento dos abusos ocorridos no período autoritário é atribuída, em grande parte, à priorização da consolidação de estruturas democráticas mais estáveis no país, bem como ao combate à corrupção e à crise econômica que afetava o Brasil naquele momento de transição. O que na realidade apresenta contradições em relação a estabilização da democracia, evidenciando a tendência de esquecer o passado, sem atribuir a devida importância aos enclaves persistentes do período de exceção, assim como os interesses políticos em relação ao regime anterior.

Além disso, outras duas leis foram importantes para a justiça de transição na redemocratização brasileira. Em primeiro lugar, a lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995³, que reconheceu civis desaparecidos como mortos em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979. Segundo McArthur (2012), com a lei foi possível analisar os casos e, pela primeira vez, indenizar as famílias de vítimas dos abusos do regime militar. A segunda lei é a de nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, que regulamentou a Comissão de Anistia criada pelo Ministério Público Nº 2.151/2001, posteriormente converteu-se na Lei Nº 10.559/2002 que teve como objetivo a reparação dos perseguidos políticos (FILHO; CASTRO, 2014). As leis citadas têm valor fundamental na construção do mecanismo da justiça de transição, na qual houve a reparação e indenização para as famílias de vítimas por parte do Estado devido aos danos cometidos pelo mesmo, ou seja, começa a ser postos em prática na redemocratização. Outro órgão importante é a Comissão Nacional da Verdade (CNV), instalada em 2012⁴ pela ex-presidente do Brasil, Dilma Rousseff, que tinha o foco em analisar as violações de Direitos Humanos na ditadura militar.

Por fim, é válido citar que apesar dos esforços na construção de mecanismo e instrumentos para a realização da justiça de transição brasileira, é perceptível o atraso em relação às investigações e na busca pela reparação e indenização dos atingidos pela violência do Estado ditatorial, na qual houve lentidão e demora para reconhecer a necessidade de se fazer justiça pelos ocorridos e encontrar respostas para as perguntas ainda não respondidas pelo Estado. Outro ponto destacável, é que o Brasil, até meados de 2012, era o único país da América Latina em que nenhum militar ou policial envolvido com esses crimes chegou ao banco dos réus (D'ARAUJO, 2012, p. 574-575), relevando ainda as consequências da postergação da justiça de transição brasileira, culminando na persistência dos legados autoritários.

2.2 Legados autoritários e Política Externa

³ BRASIL. Lei nº 9.140, de 04 de dezembro de 1995. Reconhece como mortas pessoas desaparecidas em razão de participação, ou acusação de participação, em atividades políticas, no período de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19140.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%209.140%2C%20DE%204%20DE%20DEZEMBRO%20DE%201995.&text=Reconhece%20como%20mortas%20pessoas%20desaparecidas,1979%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs>. Acesso em: 15 mar. 2023.

⁴ O órgão foi criado 27 anos após o fim do regime militar.

A transição para a democracia no Brasil e a promulgação da nova Constituição não trouxeram mudanças significativas em termos de ruptura em relação ao período anterior, especialmente no que diz respeito ao favorecimento do poder executivo na tomada de decisões.

No período militar no Brasil, como já exposto, houve o início do processo de transição para a democracia. Adriano Codato (2005, p. 91) explica que nesse período de transição liderada pelos militares é equivalente a legitimação do regime ditatorial, porém por meio de uma política diferente, ou seja, trata-se de um autoritarismo sem a imposição direta de uma ditadura. Ademais, o autor cita:

O fundamental é que o processo decisório continue centralizado no poder Executivo, os militares continuem controlando, mesmo à distância, os centros de poder real, a atividade dos partidos políticos fique restrita aos períodos eleitorais, o poder do Legislativo permaneça pouco mais que ornamental [...] (CODATO, 2005, p. 91).

Ademais, os conturbados anos do regime militar no Brasil também foram marcados pela falta de controle e da representatividade política, evidenciada pelo esvaziamento do Poder Legislativo, em contrapartida, o regime autoritário centralizou as decisões no poder executivo federal, tornando difícil qualquer possível oposição às decisões tomadas pelo Presidente da República (FIGUEIRA, 2009).

De acordo com Ariane Figueira (2009, p, 66), a Constituição de 1988 conferiu ao Executivo o controle sobre as políticas e as instituições no Brasil, através de dispositivos constitucionais e regulamentos regimentais que favorecem sua predominância decisória. Tal fato, resulta em dois pontos. Primeiro, na persistência do legado autoritário em relação à centralização do poder executivo na tomada de decisões. Segundo, esta centralização também ocorre em assuntos de Política Externa, pois compete privativamente ao Presidente da República “celebrar tratados, convenções e atos internacionais, sujeitos a referendo do Congresso Nacional” (BRASIL, 1988, cap. 2, art. 84, inc. VII).

De acordo com Ariane Figueira (2009, p, 64) a Política Externa durante grande parte do regime militar, havia um caráter mais imperialista na região, retrocedendo as iniciativas que já haviam sido desenhadas em anos anteriores de projetos de integração regional. Ademais, em diversos momentos da história da política brasileira, os militares, representados pelas Forças Armadas do Brasil, tiveram influência na definição dos temas da agenda de Política Externa em distintos graus (OLIVEIRA, 2022).

Entendendo que os atores domésticos são importantes na elaboração da Política Externa, o modelo da política burocrática, proposto por Graham T. Allison (1971), será utilizado como referencial teórico para analisar os legados autoritários e sua possível influência na tomada de decisão do governo Bolsonaro de aderir ao Foro para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul (PROSUL).

Além disso, Allison (1971) explica em seu modelo que líderes políticos que se encontram em cargos de autoridade máxima da estrutura política, se unem com outros representantes de cargos de liderança da esfera política para formar um grupo de atores centrais, dessa forma, criando um círculo de atores principais que auxiliam na tomada de decisões.

A utilização do modelo da política burocrática se torna relevante em decorrência de que não há apenas um ator unitário na tomada de decisão, neste caso o Presidente da República, mas um núcleo de atores, sendo composto pelos militares que voltaram a estrutura do Estado. Estes atores não se baseiam num conjunto de objetivos estratégicos consistentes, mas de acordo com diversas concepções de metas nacionais, organizacionais e pessoais (ALLISON, 1971, p. 144), que resulta na tomada de decisões.

Por conseguinte, a atuação dos legados autoritários na influência de temas de Política Externa se dá, dentre outras formas, pela presença de um corpo militar que preserva e carrega consigo os valores, as memórias, os relacionamentos e princípios autoritários, no qual se tornam centrais na formulação e de decisões de assuntos ligados a Política Externa de um Estado. Além das relações e lembranças que surgiram em um passado marcado por experiências autoritárias continuam a exercer influência nas esferas institucionais com a presença de atores políticos que trazem consigo o pragmatismo político proveniente de raízes autoritárias ligadas ao contexto do regime de exceção. Como também, a persistência do legado autoritário na centralização de poder no executivo em assuntos de política externa.

3 PERSISTÊNCIA DOS LEGADOS AUTORITÁRIOS NA FIGURA DE JAIR BOLSONARO E NO INÍCIO DO SEU GOVERNO:

O objetivo desta seção é apresentar de maneira sucinta a jornada política de Jair Messias Bolsonaro ao longo dos anos no cenário político brasileiro, analisando os seus feitos como deputado federal pelo estado do Rio de Janeiro, além dos discursos proferidos durante o mesmo período, passando também pelo período das eleições presidenciais até sua chegada no

poder executivo como presidente. Ademais, a seção analisa o início do governo e a influência dos militares na composição do governo, formando um núcleo importante na tomada de decisões.

3.1 Jair Bolsonaro e sua trajetória política:

Jair Messias Bolsonaro iniciou sua trajetória na vida política em 1988, no mesmo período que entrou para a reserva do Exército, concorrendo ao cargo de vereador do município do Rio de Janeiro pelo Partido Democrata Cristão, e conseguindo o posto naquele ano. Na eleição seguinte Jair Bolsonaro se candidata a Deputado Federal, após sua eleição o mesmo permanece no cargo por 27 anos, de 1991 a 2017 (SILVA; RODRIGUES, 2021). Nesse período Bolsonaro se portou como uma figura peculiar no meio político, em momentos oportunos o mesmo defendia e/ou exaltava o regime militar em seus discursos, marcados com viés ideológico conservador de direita, e enquadrava-se como oposição aos governos petistas. Fato que pode ser visto no seguinte trecho:

[...] sou de extrema direita com muita honra. Tenho orgulho de dizer que defendo a ditadura militar. Na ditadura militar não tinha essa patifaria que vemos hoje por aí: o servidor público era tratado com dignidade e não havia ninguém vendendo droga em porta de escola. A violência não estava dessa maneira, porque não existia essa covarde política de Direitos Humanos. A política dos Direitos Humanos é só para marginal ter direito a defensores e os grandes defensores estão desse lado aqui. (BOLSONARO, 2003).

Cabe destacar que esse sentimento de orgulho em defender o regime ditatorial ou a retomada do regime militar em espaços sociais como, por exemplo, o Plenário Principal da Câmara dos Deputados, se configura como um legado autoritário. Marcos Napolitano (2015, p. 16) afirma que os espaços sociais desempenham um papel significativo na formação da memória dominante e em sua possível revisão ao longo do tempo, além da importância de lembrar a relação da sociedade com seu passado. Quando um deputado utiliza da plenária em um âmbito democrático, em pleno Estado Democrático de Direito, para exaltar ou compartilhar uma crença de um regime ditatorial e autoritário isso tem implicação na democracia e, conseqüentemente, no revisionismo em relação à ditadura. Marcos Napolitano (2015, p. 33) explica que o período de 2003 a 2014 é marcado pelos revisionismos ideológicos e historiográficos, no qual houve uma abertura para autores que se apropriaram das novas abordagens historiográficas na tendência de promover visões de direita do que em apresentar novas perspectivas historiográficas para o período. Conseqüentemente, isso acabou

interferindo na dinâmica política nos anos seguintes, provocando a ascensão de atores políticos ou grupos que compartilhavam de um saudosismo ao regime militar.

Por conseguinte, em outro discurso simbólico enquanto Deputado Federal, Jair Bolsonaro no Plenário da Câmara dos Deputados, no dia 17 de abril de 2016, durante a votação do pedido de impeachment da presidente da República, Dilma Rousseff, expôs novamente seus traços autoritários e o seu saudosismo à ditadura, ao citar o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra⁵. Jair Bolsonaro (2016) declarou:

[...] perderam em 64, perderam agora em 2016. Pela família e pela inocência das crianças em sala de aula que o PT nunca teve, contra o comunismo, pela nossa liberdade, contra o Foro de São Paulo, pela memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o pavor de Dilma Rousseff, pelo exército de Caxias, pelas nossas forças armadas, por um Brasil acima de tudo e por deus acima de todos, o meu voto é sim⁶.

Este é um claro discurso em referência a defesa da soberania militar. Segundo Emanuel Ferreira (2022, p. 17), tal fato representa um polo mais difuso e fundamental, compondo uma espécie de pano de fundo que vai justificar as mais diversas práticas concretas de intimidação contra aqueles tidos como “inimigos” do regime. Ao atacar abertamente seus “inimigos petistas” utilizando de memórias vindas da ditadura, na qual a ex-presidenta Dilma Rousseff havia sofrido torturas do autoritarismo do regime militar⁷, Bolsonaro constituiu ato de defesa e saudosismo ao período militar em plena vigência de uma democracia.

Em relação ao período como Deputado Federal, Silva e Rodrigues (2021) enfatizam que seus feitos políticos de Bolsonaro foram limitados. No período que ocupou o cargo de Deputado Federal, apenas dez propostas de sua autoria ou participação foram aprovadas na Câmara dos Deputados, das dez propostas, seis foram de autoria própria. Ademais, Mariano e Gerardi (2019) destacam que o Jair Bolsonaro enquanto Deputado Federal era um outsider do “baixo clero”, o que se refletia na sua débil coligação entre PSL e PRT. Sua base eleitoral consistiu principalmente de um grupo homogêneo de eleitores constantes, inicialmente composto por militares, seus familiares e simpatizantes. É importante ressaltar que:

⁵ O primeiro torturador condenado no Brasil, além de ser um dos principais nomes em referência a tortura na ditadura militar, pois o coronel era responsável pelo comando do Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (Doi-Codi) em São Paulo, onde ocorreram inúmeras sessões de tortura.

⁶ Transcrição do autor.

⁷ Para melhor entendimento dos acontecimentos com a ex-presidente Dilma Rousseff, indico a matéria escrita por Fabio Previdelli. Disponível em:

<<https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/os-relatos-de-dilma-rousseff-sobre-tortura-na-ditadura-dor-que-nao-deixa-rastro.phtml>>.

a esse grupo, coeso em função de demandas específicas relativas à sua carreira, se agregam outros, construídos, primeiramente, através de vínculos identitários forjados a partir de uma ideia de Segurança Pública e de ordem baseada no punitivismo (aumento de penas) e no uso da violência legítima (facilitação do acesso às armas de fogo e ao seu uso em legítima defesa) (SILVA; RODRIGUES, 2021, p. 91).

Em 2010 o Deputado obteve pouco mais de 120 mil votos, quatro anos depois essa quantidade aumentaria em mais de cinco vezes, alcançando 646.572 votos, ao basear seu discurso nos temas do militarismo, antipetismo/corrupção, rigor penal e a questão do "kit gay" (LACERDA, 2019, p. 187 *apud* KOUPAK *et al.*, 2021). Jair Bolsonaro conquistou crescente influência no cenário político nesse período, especialmente entre os eleitores do estado do Rio de Janeiro, no qual sua popularidade atingiu uma relevância expressiva, como evidenciado pela quantidade de votos obtidos.

A notoriedade de Jair Bolsonaro continuou após a eleição de 2014, os seus discursos e posicionamentos fizeram com que seu eleitorado se expandisse cada vez mais, além de ter logrado espaço maior nas mídias com seus discursos polêmicos. Outro acontecimento que trouxe maior destaque e exposição pública ao deputado Jair Bolsonaro ocorreu quando o deputado, durante as apurações da Comissão Nacional da Verdade (CNV), chamou a atenção da mídia ao agir abertamente para obstruir as investigações em locais suspeitos de terem sido palco de torturas e execuções, além de resgatar os discursos de Orvil⁸ e Ustra, indo contra as atividades da comissão (CYRIL-LYNCH; PASCHOETO-CASSIMIRO, 2021).

Jair Bolsonaro candidatou-se nas eleições presidenciais de 2018 pelo Partido Social Liberal (PSL) junto com o seu vice General Mourão, general da reserva do Exército Brasileiro, do Partido Renovador Trabalhista Brasileiro (PRTB). O mesmo período foi marcado por uma grande polarização⁹ política que foi se intensificando com o decorrer do período eleitoral. Sobre esse período, vale ressaltar que as declarações polêmicas contra direitos humanos, minorias, entre outros assuntos, representaram o candidato como antissistema e, para muitos, a “renovação” da política (MARIANO; GERARDI, 2019, p.72).

⁸ O “Projeto Orvil” foi uma iniciativa que visava reexaminar a narrativa apresentada anteriormente no livro “Brasil nunca mais”, que denunciou os terríveis crimes perpetrados durante o período da ditadura militar no Brasil (FESTA; 2021), ou seja, o projeto sustentava a ideia de que todos os membros da guerrilha eram classificados como terroristas, negando que eles estivessem lutando pela democracia, de modo que fosse criado uma narrativa favorável aos militares.

⁹ Sobre a polarização, podemos entender que ela ocorre quando os indivíduos do público têm divergências em relação à ideologia política, resultando em um aumento da separação entre grupos claramente definidos (BORGES; VIDIGAL, 2018, p.58)

No contexto das eleições de 2018, Jair Bolsonaro utilizou da ampla disponibilidade de tecnologias e acesso à informação no período para popularizar sua candidatura. Miguel (2019, p.47) expõe que o mesmo utilizou de forma intencional de informações falsas difundidas através de plataformas de mídia social como WhatsApp e Youtube, além de recusar participar de debates durante toda a campanha, tornando-se o símbolo local de uma nova época. Conseqüentemente, o mesmo período eleitoral serviu como espaço para debater também o revisionismo historiográfico sobre o regime militar brasileiro como efeito das *fake news*. Por fim, ainda em 2018, com os resultados das eleições, Jair Bolsonaro foi eleito como o 38º presidente do Brasil, com uma agenda politicamente autoritária, socialmente conservadora e economicamente neoliberal (SILVA; RODRIGUES, 2021, p. 87).

Ao ser eleito presidente e ocupar o cargo no executivo a partir de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro junto com seu vice General Mourão, configurou a volta dos militares ao poder pela primeira vez desde a ditadura militar, dessa vez não por intervenção militar, mas através da eleição, de acordo com as regras democráticas. Entretanto, este seria apenas o começo para o alastramento militar na política e no governo brasileiro.

3.2 Início do governo bolsonaro:

O início da administração do governo Bolsonaro foi caracterizado pela consolidação da extrema direita no cenário político brasileiro, impulsionado por ideais conservadores e agendas alinhadas a tal posicionamento político. Sérgio Silveira (2019, p. 35) expõe que presenciamos em 2018, no período eleitoral, a ascensão da extrema direita como a força política dominante e predominante dentro do campo do neoliberalismo. Este posicionamento do espectro político da extrema direita se fez presente no governo, pois segundo Emiliano José (2019, p. 45), elegeu-se um presidente de extrema direita que se tornou uma alternativa que uniu a direita e a extrema direita, derrotando a esquerda e aniquilando o centro, sem qualquer capacidade para construir uma hegemonia política. Ademais, vale destacar que a coalizão formada pelo populismo de direita frequentemente envolve a convergência das demandas conservadoras com as do neoliberalismo (MOUFFE, 2019 *apud* SILVA; RODRIGUES, 2021, p.90).

No que tange ao neoliberalismo, foi perceptível desde as eleições qual seria o encaminhamento do governo na área econômica, com a nomeação de Paulo Guedes como Ministro da Economia (pasta que teve a fusão dos ministérios da Fazenda, Planejamento e Indústria e Comércio Exterior). O mesmo era conhecido pela sua formação acadêmica na

Universidade de Chicago e pela sua relação com economistas chilenos, os "*Chicago Boys*", que desempenharam papéis importantes no regime militar chileno¹⁰. Com a abordagem política alinhada com o neoliberalismo, o governo Bolsonaro buscou promover a liberalização da economia, a redução do papel do Estado, buscando a maior eficiência no setor privado juntamente com a ajuda do seu Ministro:

[...] o governo Bolsonaro levou ao extremo a escola neoliberal brasileira. Com o setor econômico do governo entregue ao ministro da Economia Paulo Guedes, o governo iniciou o processo de desmonte de políticas sociais e avançou nas privatizações de empresas estatais. Emergiu assim o neoliberalismo em sua feição mais radical no Brasil (SILVA; RODRIGUES, 2021, p.100).

O autoritarismo intrínseco ao Governo Bolsonaro tem origens profundas. Os autores Cyril-Lynch e Paschoeto-Cassimiro (2021) apontam três principais referências que moldaram a abordagem do governo, sendo a mais significativa para esta análise, o uso do Regime Militar como modelo de governo bem-sucedido. A interligação do autoritarismo com os legados autoritários, se dá quando o governo usa como exemplo o regime militar como modelo eficiente, resgatando essa memória sobre o período e deixando claro que o legado autoritário estava presente na administração do governo. Conseqüentemente, existem possíveis danos à democracia que seriam causados por essa visão do governo, tendo em vista que na ditadura militar havia a exacerbação do autoritarismo. Silva e Rodrigues (2021, p. 99) explicam que ao longo do primeiro ano do governo, foi evidente o autoritarismo em discursos e na própria estética adotada em determinadas ocasiões. Os autores citam, oito medidas que podem ser categorizadas como autoritárias:

“(1) o Decreto com a revisão da Lei de Acesso à Informação; (2) a carta do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, solicitando que alunos de escolas enviassem vídeos com o Hino Nacional; (3) a proposta do excludente de ilicitude do ministro da Justiça Sergio Moro; (4) o Decreto de extinção dos Conselhos de Participação Social; (5) a Medida Provisória 914, que trata das eleições nas universidades federais; (6) a resignificação do AI-5; (7) o vídeo da Secretaria Nacional de Cultura com uma estética nazista; (8) e os 116 ataques contra a imprensa contabilizados pela Federação Nacional dos Jornalistas em 2019” (SILVA; RODRIGUES, 2021, p. 97).

Em contraste aos princípios democráticos de promover a inclusão social, a igualdade e a participação efetiva da sociedade, no governo Bolsonaro a participação foi gradualmente afastada, limitando o exercício da cidadania. A combinação do neoliberalismo econômico com o autoritarismo político para Koupal et al. (2021, p. 59) resulta em uma dupla obstrução à

¹⁰ Disponível em:

<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/188-noticias-2018/584287-o-laco-de-paulo-guedes-com-os-chicago-boys-do-chile-de-pinochet>

democracia, gerando uma convergência prejudicial para as minorias em geral, implicado exclusão de espaços participativos, que são essenciais para a expressão dos interesses politicamente secundarizados. Isso se reflete na ausência desses espaços participativos que impede que demandas sejam ouvidas e atendidas, perpetuando a secundarização e a desigualdade política, social e econômica. Consequente, Koupal *et al* (2021) sintetizam a relação entre o neoliberalismo e o autoritarismo no governo Bolsonaro como um projeto que deterioraria a saúde da democracia:

em suma, enquanto o neoliberalismo direciona os cidadãos para projetos individuais, afastando-os da coletividade, o autoritarismo concentra poderes e tomadas de decisão, alijando de vez a participação social da política, numa assustadora convergência pós-democrática, a qual só poderá ser impedida com uma enorme e bem articulada resistência (2021, p. 60).

Com seu projeto autoritário, o governo Bolsonaro buscou estabelecer uma maior influência militar nos sistemas políticos, tendo em vista que o regime militar servia de modelo para o governo.

3.3 A influência militar:

No primeiro dia de governo, logo após a cerimônia da posse, é publicada a primeira medida provisória do governo em uma edição extra do Diário Oficial, a Medida Provisória 870/2019 para estabelecer a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios, ou seja, reduzir o número de órgãos com status ministerial de vinte e nove para vinte dois, no qual incluíam 16 ministérios, 4 órgãos vinculados à Presidência da República (Casa Civil, Secretaria de Governo, Secretaria-Geral e Gabinete de Segurança Institucional), além do Advogado-Geral da União (AGU) e do presidente do Banco Central¹¹. Alguns dias antes da posse foi relevada a escalação ministerial do governo, dos 22 ministros apresentados, seis eram militares, gerais da reserva ou reformados. A parcela militar não apenas se encontrava presente nos ministérios, mas em várias áreas do governo, ainda nos primeiros vinte dias de governo, os militares nomeados ou prestes a serem nomeados já passavam de 45 em 21 áreas diferentes¹².

Este seria apenas um dos indicativos sobre o que poderia vir pela frente no governo Bolsonaro, no qual membros das Forças Armadas começaram a ocupar posições de destaque

¹¹ Disponível em:

<<https://www.camara.leg.br/noticias/550465-medida-provisoria-preve-22-ministros-no-governo-bolsonaro>>.

¹² Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/militares-ja-se-espalham-por-21-areas-do-governo-bolsonaro-de-banco-estatal-a-educacao.shtml>>

em diversos setores governamentais. Tal crescente influência militar levantou questionamentos sobre as possíveis consequências desse movimento para o futuro do país, pois a medida que ocorria a crescente inclusão de militares no governo, surgia mais evidências de uma mudança substancial na direção política com o referencial do regime militar, além das possíveis influências no processo decisório do país.

A Secretaria-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União (TCU) levantou dados a pedido do Ministro Bruno Dantas e encaminhou as informações sobre o quadro de militares ativos e na reserva¹³. No levantamento do utilizou-se do mês de março de cada ano como parâmetro, o que chama atenção no levantamento é que em março de 2019, em apenas três meses de governo tinham 3.515 militares na composição de cargos civis do governo, no ano anterior de 2018 tinham 2.765 militares, ou seja, houve um aumento expressivo de 27.12%.

O autor Jorge Zaverucha (1992), realizou um estudo sobre “As prerrogativas militares nas transições brasileira, argentina e espanhola”, sete anos após o fim da ditadura militar no Brasil. O trabalho investigou a situação das relações entre civis e militares entre os países. Na análise o autor observou que no Brasil, naquele momento, havia a probabilidade factível de intervenção militar no processo político, já que os militares brasileiros mantinham um alto grau de autonomia política em relação aos governos constituídos, influenciando tanto os resultados prévios quanto posteriores ao processo político. Ademais, o autor cita que no Brasil houve uma falta de esforço por parte dos governantes em promover o controle civil sobre os militares (ZAVERUCHA, 1992).

O “Quadro 1” apresenta as prerrogativas militares estabelecidas por Zaverucha em 1992, que podem ser vistas como indicativos de legados autoritários no regime democrático, o quadro apresenta duas colunas, a primeira contém as prerrogativas militares e a segunda coluna o Brasil, no qual “Sim” indica a existência da respectiva prerrogativa naquele momento.

Quadro 1 – Legados autoritários: as prerrogativas militares no Brasil

Prerrogativas	Brasil
1. Militares controlam algumas agências de inteligência, havendo	Sim

¹³ Memorando nº 57/2020-Segecex, que apresenta um levantamento feito pelo Tribunal de Contas da União em 17 de julho de 2020. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/dl/levantamento-tcu.pdf>>. Acesso em: 08 de jun 2023.1

parca fiscalização parlamentar.	
2. Oficiais da ativa participam do gabinete governamental.	Sim
3. Inexistência do Ministério da Defesa.	Sim
4. Falta de rotina legislativa e de sessões detalhadas sobre assuntos de defesa.	Sim
5. Polícia e organizações paramilitares sob controle das Forças Armadas e existência de oficiais da ativa no comando das polícias locais.	Sim
6. Fraca influência do parlamento na promoção dos militares.	Sim
7. Pequena possibilidade de os militares serem julgados por um tribunal civil.	Sim
8. Potencial para os militares se tornarem uma força independente de execução durante intervenção interna.	Sim
9. Controle militar sobre áreas de atividade econômica civil (indústria espacial, navegação, aviação, etc.)	Sim

Fonte: quadro adaptado pelo autor a partir de: ZAVERUCHA, 1992, p. 64 e GALLO; GUGLIANO, 2013, p. 9.

A partir do quadro acima, podemos observar quais os futuros impactos do ressurgimento das prerrogativas militares, devido a escalada militar no governo e a ocupação massiva de cargos públicos civis por servidores militares. O resultado exposto por Zaverucha (1992, p. 56) é que tal situação prejudica o processo de consolidação democrática e dá chances de retrocessos políticos continuarem a existir.

De volta para 2019, como já exposto, ocorre a volta de militares ao poder executivo, presidente e vice militares, gerando a expansão da ala militar em várias áreas do governo, resultando em um retrocesso político. Em seu artigo intitulado “Um capitão entre generais: a presença dos militares no governo Bolsonaro”, o autor William Nozaki (2019) aborda o sentido do retorno dos militares à arena política no Brasil, no qual expõe que os militares ocupam cargos-chave em empresas estatais, áreas jurídicas e secretarias políticas, além de estarem presentes em setores de gestão de Ministérios, tais como planejamento, orçamento, licitação, logística, projetos e comunicação. A este núcleo militar, podemos dizer que:

Além de exercerem papel fundamental na vitória e na assunção de Bolsonaro, os militares conformaram o grupo que ocupou a estrutura do Estado de maneira mais estratégica e intensa, tal posicionamento tornou essa corporação um ator privilegiado para influenciar e mediar conflitos nas mais diversas áreas do governo (NOZAKI, 2019, p. 102).

No contexto político, observa-se que, apesar do breve período de governo, os militares exerciam um papel importante na influência e mediação de conflitos. Além disso, a presença militar poderia exercer influência substancial nas decisões de Política Externa do país, afetando a forma como a diplomacia é conduzida e as escolhas tomadas em relação aos interesses nacionais.

4 POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO INÍCIO DO GOVERNO BOLSONARO:

A Política Externa Brasileira passou por mudanças significativas desde a posse do governo de Jair Bolsonaro em 2019. Quais seriam as implicações da agenda autoritária, conservadora e neoliberal do governo na PEB? Ao longo desta seção será explorado em mais detalhes as nuances da Política Externa no início do governo e quais as influências do núcleo militar na condução e na tomada de decisões.

A ruptura do governo Bolsonaro com os princípios diplomáticos tradicionais brasileiros significou, de acordo com Oliveira (2022), a continuidade do enfraquecimento do multilateralismo e da integração regional que teve seu início no governo Temer, pois logo nos primeiros meses da gestão Bolsonaro, houve uma inclinação para atribuir menos importância ao regionalismo e às relações com os países sul-americanos.

O presidente Bolsonaro nomeou o diplomata Ernesto Araújo para liderar o Ministério das Relações Exteriores. A escolha não foi por acaso, Ernesto Araújo como chanceler representaria a volta de um maior alinhamento com os Estados Unidos, refletindo uma reaproximação que remete aos tempos da ditadura militar. Além disso, o chanceler representava a ala ideológica do governo.

O diplomata havia publicado um artigo no Cadernos de Política Exterior intitulado “Trump e o Ocidente”, o estudo apresentou uma perspectiva de Donald Trump, presidente dos Estados Unidos na época, para o Ocidente buscar e resgatar o passado simbólico, a história e a cultura das nações ocidentais, onde o nacionalismo desempenharia um papel fundamental no contexto ocidental. Buscando reflexões para o Brasil com o Ocidente, Araújo (2018, p. 354) escreve:

[...] ao lado de uma Política Externa, o Brasil necessita de uma meta Política Externa, para que possamos situar-nos e atuar naquele plano cultural -espiritual em que, muito mais do que no plano do comércio ou da estratégia diplomático -militar, estão -se definindo os destinos do mundo. Destinos que precisaríamos estudar, não só do ponto de vista da geopolítica, mas também de uma “teopolítica”.

Ademais, Igor Fuser (2019, p. 113) explica que no artigo de Ernesto Araújo, Trump é elogiado como um defensor heroico dos valores ocidentais e visto como alguém que traz consigo um projeto grandioso de restauração da essência do Ocidente, diante das tendências que supostamente levaram à sua decadência. Dentre essas tendências, duas se destacam, primeiro, o enfraquecimento dos valores religiosos cristãos e, em segundo, o avanço do multiculturalismo (ARAÚJO, 2018, p. 354 *apud* FUSER, 2019). O ministro Ernesto Araújo também foi fortemente influenciado pelas ideias do filósofo Olavo de Carvalho¹⁴, reconhecido como um mentor dentro do governo e especialmente apreciado pela ala mais conservadora.

A conjuntura internacional durante os primeiros meses do governo Bolsonaro desempenhou um papel significativo na Política Externa brasileira, devido ao surgimento de partidos de direita e extrema-direita em várias partes do mundo. O “trumpismo”¹⁵ também teve influência na abordagem adotada pelo chanceler brasileiro, que demonstrava admiração por Donald Trump. No que tange a este assunto, na primeira semana do governo, o presidente Jair Bolsonaro e o chanceler Ernesto Araújo expressaram apoio à ideia de estabelecer uma base militar dos Estados Unidos no Brasil, posteriormente, o general da reserva Augusto Heleno, ministro do Gabinete de Segurança Institucional, tentou minimizar o ocorrido, argumentando que houve um mal-entendido por parte da mídia (NOZAKI, 2019, p. 99).

A clara diretriz política diplomática brasileira no governo enfatizou a busca por uma relação privilegiada com os Estados Unidos, mais um resgate do período ditatorial. William Junior (2021) explica que esse alinhamento poderia prejudicar a integração regional na América do Sul, diminuindo o papel do Brasil como uma potência regional, contrastando com os governos anteriores pós democratização. Diante desse cenário, os pontos fundamentais da Política Externa no governo foram se definindo, o autor Igor Fuser (2019, p. 105-106) destaca os principais:

Alinhamento incondicional aos Estados Unidos e, mais do que isso, às preferências e particularidades da Política Externa estadunidense tal como implementada por Trump e seus auxiliares de extrema direita; desmonte de todas as iniciativas de integração regional empreendidas desde 2003; abandono da busca de protagonismo global, afastamento de qualquer iniciativa fundada na ideia de multipolaridade, como o Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), e no fortalecimento de

¹⁴ Sobre o filósofo, indico a matéria “Guru do governo Bolsonaro, Olavo de Carvalho era ícone dos conservadores” escrita por Fábio Zanini. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2022/01/guru-do-governo-bolsonaro-olavo-de-carvalho-era-icone-dos-conservadores.shtml>>.

¹⁵ Sobre o trumpismo, podemos definir como uma ideologia reacionária radical conservadora que busca restaurar em vez de preservar (CYRIL-LYNCH; PASCHOETO-CASSIMIRO, 2021).

um campo geopolítico do “Sul”; relações especiais/preferenciais com Israel; Retórica antiesquerdista exacerbada.

Apesar do Ministério das Relações Exteriores ter sido um dos poucos ministérios que não possuía militares em posições-chave, William Nozaki (2019) explica que a postura conservadora e extravagante do chanceler gerou preocupação nas Forças Armadas, que ficaram atentas a possíveis interferências mais diretas sobre o Itamaraty. Neste contexto, William Nozaki (2019, p. 99) afirma que houve uma intervenção discreta no Itamaraty pelos militares, os mesmos estavam supervisionando as ações do chanceler Ernesto Araújo em assuntos considerados delicados como, por exemplo, a crise na Venezuela. Outro momento de influência do núcleo militar no governo ocorreu no início do governo, no qual os militares deram uma espécie de veto à proposta controvertida de transferir a embaixada brasileira em Israel para Jerusalém. Isso se deu devido aos possíveis riscos que tal medida poderia causar aos interesses do agronegócio no comércio com os países árabes (FUSER, 2019, p.107). Ainda sobre esse caso de Jerusalém, o vice-presidente, general da reserva Hamilton Mourão, mostrou discordância das posições do presidente e do núcleo “ideológico” do governo em assuntos de Política Externa. O caso motivou Mourão a realizar “intervenções quase sempre bem-sucedidas, a ponto de indicar, em certos momentos, uma virtual tutela militar sobre a diplomacia brasileira, ou, ao menos, um poder de veto atribuído às Forças Armadas sobre decisões que envolvam temas considerados mais sensíveis ou estratégicos” (FUSER, 2019, p.106).

Ademais, Emiliano José (2019, p. 58) explica que os militares foram espalhados por todos os quadrantes da administração com o objetivo de preservar a direção do modelo neoliberal. Conseqüentemente, tal atuação dos militares na área de Política Externa expõe que o núcleo militar, no governo Bolsonaro, foi responsável por atenuar declarações controversas do grupo ideológico e apoiar movimentos na Política Externa que não causassem impactos significativos nos interesses nacionais (SARAIVA e SILVA, 2019 *apud* OLIVEIRA, 2022).

Dos pontos citados anteriormente, é evidente que houve uma ruptura na Política Externa brasileira, a conjuntura internacional com a ascensão de partidos de direita e extrema-direita em outros países teve uma influência significativa nessa mudança pragmática, além da entrega do comando do Itamaraty a um diplomata de segunda linha, sem prestígio junto aos pares e portador de um discurso de extrema direita, completamente discrepante das tradições da diplomacia brasileira (FUSER, p. 106). Como resultado, os princípios fundamentais da diplomacia tradicional deixaram de ser priorizados no governo, abrindo

espaço para possíveis intervenções, veladas ou não, do núcleo militar nos assuntos de Política Externa do país.

4.1 Caso PROSUL:

Ainda nos primeiros meses do governo, Jair Bolsonaro, como presidente, assinou a Declaração de Santiago em 22 de março de 2019, que estabelecia os princípios e objetivos do Foro para o Progresso da América do Sul (PROSUL), organização criada para substituir a União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) no bloco regional.

Por meio do documento referenciado, oito países (Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, Guiana, Paraguai e Peru) manifestaram sua vontade em estabelecer as bases para o lançamento do PROSUL (JUNIOR, 2021). Além da motivação decorrente de sua orientação política ideológica de direita, o objetivo de estabelecer um isolamento político da Venezuela levou estes países a se alinharem ao PROSUL. O surgimento da organização está atrelado a ascensão de governos neoliberais na América do Sul na década de 2010, introduzindo uma nova orientação para os blocos de integração regional. Além da mudança de objetivos, que antes era fortalecer a soberania e a autonomia dos países membros em relação às nações desenvolvidas, com a transformação política na região, os blocos passaram a ter suas atividades focadas primordialmente na esfera econômica (OLIVEIRA, 2022).

No seu alinhamento com a ala ideológica do governo, o PROSUL emerge como uma peça fundamental na tentativa de desfazer as conquistas alcançadas pelos governos petistas. Pois, no aspecto subjetivo-ideológico, observa-se que os líderes fundadores da UNASUL tinham uma inclinação mais voltada para a esquerda, enquanto os líderes do PROSUL tinham uma orientação mais voltada para a direita (JÚNIOR, 2021, p. 82).

Koupak et al (2021, p. 55), afirmam que na busca por romper com o passado petista, o governo Bolsonaro “confunde políticas de Estado com políticas de governo”. Ademais, vale ressaltar que o surgimento de um possível novo bloco o PROSUL, foi feita:

[...] com articulação dos países sul-americanos do Grupo de Lima (a aliança de governos direitistas articulado a partir dos EUA como instrumento no assédio político à Venezuela), por iniciativa do presidente chileno Sebastián Piñera, de criar uma nova entidade, denominada informalmente como PROSUL. A iniciativa foi recebida com ceticismo pela maioria dos analistas internacionais ouvidos pela mídia hegemônica, pois não se notam nela objetivos mais consistentes além da campanha intervencionista antibolivariana (FUSER, 2019, p.112)..

No que se refere a participação do governo Bolsonaro no Grupo de Lima, William Nozaki (2019) expõe que logo no início de janeiro de 2019, o ministro Ernesto Araújo participou de uma reunião no Peru junto ao Grupo de Lima, composto por 14 países, com o propósito de discutir a situação política na Venezuela, considerando a reeleição do presidente Nicolás Maduro como ilegítima para este grupo.

O aspecto que merece destaque em relação ao PROSUL é a iniciativa que se deu pela atuação do Chile (Sebastián Piñera) e da Colômbia (Iván Duque), garantindo papel protagonista a ambos países na construção do PROSUL (JUNIOR, 2021, p.81). Esse fato ressalta a não participação ativa do Brasil como ator preponderante na América do Sul nesse contexto:

De qualquer modo, o simples anúncio da criação da PROSUL já indica a perda de protagonismo regional do Brasil, tal como analisa Guilherme Casarões, professor de relações internacionais da Fundação Getúlio Vargas (FGV), de São Paulo: A PROSUL é a primeira das instituições sul-americanas, em três décadas, que não foi criada por iniciativa ou patrocínio brasileiros. Assim, o Brasil assume uma função secundária na América do Sul, abdicando de seu papel de liderança regional (O Globo, 2019) (FUSER, 2019, p. 112).

Antes e após a assinatura da Declaração de Santiago, os assuntos em relação ao PROSUL não foram representados em sua maioria pelo Chanceler, mas pelo vice-presidente que se tornou o representante do Brasil no PROSUL devido a sua participação mais ativa em relação às questões da Venezuela. Além participar de reunião ministerial do Grupo de Lima de 2019¹⁶, o General Hamilton Mourão ganhou maior notoriedade em relação ao PROSUL por ser um defensor de uma Política Externa mais pragmática do que ideológica. Em relação à dúvida de uma Política Externa brasileira ideológica ou pragmática, o autor Gilberto Rodrigues (2019, p. 2) afirma que além da ideologia da PEB, ocorreu paralelamente o desenvolvimento pragmático da PEB, com os militares por trás dela e a liderança do vice-presidente. Ademais, em diversos momentos o General Mourão ganhou destaque ao demonstrar suas opiniões acerca de temas externos e ao buscar solucionar impasses diplomáticos decorrentes de declarações polêmicas da família Bolsonaro (OLIVEIRA, 2022, p. 26).

Embora expressasse a orientação ideológica do governo Bolsonaro, o PROSUL, naquele momento, parecia estar mais voltado para resultados econômicos do que ideológicos.

¹⁶ “Ainda na reunião ministerial do Grupo de Lima de 2019, Mourão expôs, também, sua perspectiva para a inserção internacional do Brasil, que, para ele, seria primordial para as próximas etapas do desenvolvimento econômico que o governo visava” (OLIVEIRA, 2022, p.59).

De acordo com Junior (2021), o recém-criado PROSUL representava uma abordagem pragmática e focada em alcançar resultados econômicos no processo de integração regional.

O então vice-presidente, General Hamilton Mourão, desempenhou um papel fundamental como representante máximo das instituições militares na formulação da Política Externa Brasileira durante o governo Bolsonaro (OLIVEIRA, 2022). O que indica é que a representação do vice-presidente na época, se dava pelo fato do papel dos militares de fortalecer o neoliberalismo no governo. O PROSUL surgiu, de acordo com Oliveira (2022, p. 67), “como um mecanismo da promulgação dos ideais liberais e conservadores, na região sul-americana”.

5 CONCLUSÃO

A partir das informações apresentadas, é possível constatar que houve a persistência dos legados autoritários como parte da dinâmica da política brasileira tanto nas esferas institucionais quanto nas esferas sociais. No Brasil a negociação para realização da transição de regimes partiu dos militares, a justiça de transição teve seu início ainda no regime de exceção comandado pelos militares, e o perdão foi cedido para crimes que ocorreram antes e durante o regime militar. As leis criadas após a transição de regime tiveram seu grau de empenho na promoção da justiça, mas não foram eficientes no sentido de eliminar os enclaves autoritários. A criação da Comissão Nacional da Verdade (CNV) 27 anos após o término do regime ditatorial, evidenciou o reconhecimento tardio da necessidade de um mecanismo mais abrangente, e revelou como a política brasileira trata sobre este assunto. Os legados autoritários continuaram a exercer influência no espaço político e social, e no funcionamento da democracia.

Com o surgimento de Jair Messias Bolsonaro no âmbito político, o mesmo trouxe consigo as heranças dos tempos da ditadura com os seus valores e orientações. Ao longo do trabalho foi observado seu claro orgulho de defender a ditadura militar, conquistando espaços políticos e sociais por meio da promoção de revisionismos ideológicos e historiográficos sobre a ditadura militar. Ao longo dos anos em que ganhou mais espaço e visibilidade da mídia e do público, a expansão dos legados autoritários na área social foi perceptível. Além de resgatar os discursos de Orvil e do coronel Carlos Brilhante Ustra, o então deputado na época, foi contra as atividades da CNV, revelando os interesses políticos na conservação dos enclaves autoritários.

No momento em que Jair Bolsonaro se tornou candidato à presidência, foi possível identificar o seu autoritarismo com suas declarações e gestos contra direitos humanos, e minorias. Com o advento do maior acesso a tecnologias e informação, houve a maior propagação de informações falsas, nesse cenário o candidato volta a exprimir sua exaltação à ditadura militar em um maior alcance resultando novamente no revisionismo historiográfico sobre o regime militar.

Com a conjuntura internacional favorável para sua agenda autoritária, conservadora e neoliberal, no início do governo Bolsonaro foi evidente seu reconhecimento do regime militar como modelo de governo. Primeiro, Bolsonaro designou militares para diferentes âmbitos da estrutura do Estado, colocando-os em cargos civis, e permitindo com que os militares tivessem alto grau de autonomia política dentro do Estado. Nesse sentido, trouxe

de volta as prerrogativas dos legados autoritários nas esferas institucionais. Segundo, o autoritarismo presente no governo ao longo dos discursos, estéticas e também na promoção da redução de participação social foi muito significativo. Terceiro, a atuação do Ministro da Economia, Paulo Guedes, como persona importante para esta área devido a sua experiência com os "Chicagos Boys", grupo importante na abordagem neoliberal no regime militar do Chile, liderado por Augusto Pinochet. Quarto e último, pelo alinhamento com os Estados Unidos na Política Externa brasileira.

Diante deste cenário, surge o Foro para o Progresso da América do Sul, importante para endossar o viés ideológico, político e conservador do governo, mas, principalmente, por uma questão econômica, devido a política alinhada com o neoliberalismo. Como observado no estudo, apesar de ter sido criado em favor do isolamento político da Venezuela na América do Sul, os contornos do Foro foram sendo definidos em relação à questão econômica.

A partir da teoria proposta por Allison (1971), compreende-se que os atores domésticos são atores-chave na elaboração da Política Externa. Durante o governo Bolsonaro, apesar do Ministério das Relações Exterior não possuir um militar como chanceler, a literatura indica que havia uma PEB paralela liderada pelos militares com um viés pragmático, representada pelo Vice-presidente Hamilton Mourão, que influenciou na assinatura da Declaração de Santiago pelo próprio Presidente Bolsonaro.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Armando; TEIXEIRA, Alisson Cassimiro; SOARES, Gabriela de Souza; FÉLIX, Marconi Lustosa. Transição política e legado autoritário: algumas reflexões acerca da violência policial no Brasil pós-redemocratização. **Direito e Desenvolvimento**, v. 2, n. 4, p. 15-38, 2011.

ALLISON, Graham T. **Essence of Decision – Explaining the Cuban Missile Crisis**, Boston, Little Brown & Co., 1971.

ALMEIDA, Eneá de Stutz e; TORELLY, Marcelo D. Justiça de Transição, Estado de Direito e Democracia Constitucional: estudo preliminar sobre o papel dos direitos decorrentes da transição política para a efetivação do Estado Democrático de Direito. **Sistema Penal & Violência** (Online), v. 2, p. 36-52, 2010.

ARAÚJO, Ernesto H.F. “Trump e o Ocidente”, **Cadernos de Política Exterior**, ano III, n. 6, Segundo Semestre de 2017, p.323-358. Instituto de Pesquisa em Relações Internacionais (Ipri), Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), Brasília, 2018. Disponível em: <<https://funag.gov.br/loja/download/CADERNOS-DO-IPRI-N-6.pdf>>. Acesso em: 05 jun. 2023.

BALBINO, J. V. R.; TOFANI, Pedro. Monstros. *In*: **JÃO. Lobos**. Rio de Janeiro: Universal Music, 2018. CD 1. Faixa 10.

BERCOVICI, Gilberto. “O direito constitucional passa, o direito administrativo permanece’: a persistência da estrutura administrativa de 1967”. *In*: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. **O que resta da ditadura: a exceção brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 77-90.

BISSOTO, Maria Carolina. O que resta da ditadura. **Em Debate**, n. 4, p. 142-147, 2010.

BOLSONARO, Jair Messias. **Sessão deliberativa**. Câmara dos Deputados do Brasil. Brasília, 17 abr. 2016. Transcrição do autor. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=V-u2jD7W3yU&ab_channel=C%C3%A2maradosDeputados>. Acesso em: 05 mar. 2023.

BORGES, André; VIDIGAL, Robert. Do lulismo ao antipetismo Polarização, partidarismo e voto nas eleições presidenciais brasileiras. **Opinião Pública**, v. 24, p. 53-89, 2018.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Atividade Legislativa**. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/busca-portal?contextoBusca=BuscaProposicoes&pagina=1&order=data&abaEspecificica=true&filtros=%5B%7B%22autores.nome%22%3A%22JAIR%20BOLSONARO%22%7D,%7B%22aprovado%22%3A%22Rejeitado%22%7D%5D&q=%2a>>. Acesso em: 01 jun. 2023.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Presidência da República, [2022]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 05 de jun. 2023.

CODATO, Adriano Nervo. Uma história política da transição brasileira: da ditadura militar à democracia. **Revista de sociologia e política**, p. 83-106, 2005.

COSTA, M. P.; GONZÁLEZ, R. S. Justiça de transição, cultura política e legado autoritário no Cone Sul”. **Revista Sul-Americana de Ciência Política**, v. 5, n. 1, p. 125–146, 2019.

CYRIL-LYNCH, Christian Edward; PASCHOETO-CASSIMIRO, Paulo Henrique. O populismo reacionário no poder: uma radiografia ideológica da presidência Bolsonaro (2018-2021). **Aisthesis**, n. 70, p. 223-249, 2021.

D’ARAUJO, D.; CELINA, M. O estável poder de veto Forças Armadas sobre o tema da anistia política no Brasil. **Varia Historia**, p. 573–597, 2012.

FERREIRA, Emanuel de Melo. **A difusão do autoritarismo e resistência constitucional**. 404 f. Tese (Doutorado em Direito). Fortaleza Universidade Federal do Ceará, 2022.

FERREIRA, Moisés Carlos. **A implantação da DSN-Doutrina de Segurança Nacional e a Operação Condor no Brasil e Argentina**. In: Anais do II Simpósio Internacional Pensar e Repensar a América Latina, 2016.

FESTA, Marcos Vinícius Paludo. O Projeto Orvil e a introdução da guerra cultural no contexto brasileiro. **Educação Contemporânea**, v. 17 Reflexões, p. 36-44, 2021.

FIGUEIRA, A. C. R. **Processo decisório em política externa no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência Política) apresentada na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da Universidade de São Paulo (USP), Brasil, 2009.

FUSER, I. Diplomacia da subserviência: política externa com as orelhas do Mickey. In: AZEVEDO, J. S. G. de; POCHMANN, M. (Org.). **Brasil: Incertezas e submissão?** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 105-126. 2019

JÚNIOR, William Paiva Marques. Integração Regional Sul-Americana: MERCOSUL, UNASUL, PROSUL e os desafios jurídicos de uma nova inserção internacional da política externa diplomática brasileira na efetividade da democracia e inclusão cidadã. **Revista Brasileira de Direito Internacional**, v. 7, n. 2, p. 72-92, 2021.

JOSÉ, E. Governo mambembe, militares no comando, mídias divididas: um país em busca da hegemonia perdida. In: AZEVEDO, J. S. G. de; POCHMANN, M. (Org.). **Brasil: Incertezas e submissão?** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 45-61. 2019.

KOUPAK, Kelen et al. Democracia e participação em xeque no governo Bolsonaro. **Caderno Eletrônico de Ciências Sociais**, v. 9, n. 1, p. 45-67, 2021.

LUCAS, Douglas Cesar; OLIVEIRA, Carla Dóro de. A justiça de transição no Brasil: elementos para pensar a democracia na América Latina. **Pensar-Revista de Ciências Jurídicas**, v. 21, n. 3, p. 906-933, 2016.

NOZAKI, W. Um capitão entre generais: a presença dos militares no governo Bolsonaro. In: AZEVEDO, J. S. G. de; POCHMANN, M. (Org.). **Brasil: Incertezas e submissão?** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, p. 83-104, 2019.

MARIANO, Ricardo; GERARDI, Dirceu André. Eleições presidenciais na América Latina em 2018 e ativismo político de evangélicos conservadores. **Revista usp**, n. 120, p. 61-76, 2019.

McARTHUR, Fabiana Godinho. Justiça de transição: o caso brasileiro. **Revista Anistia Política e Justiça de Transição**, Brasília: Ministério da Justiça, n. 7, p.78-105, jan./jun. 2012.

MIGUEL, Luis Felipe. Jornalismo, polarização política e a querela das fake news. **Estudos em Jornalismo e Mídia**, v. 16, n. 2, p. 46-58, 2019.

MELO, Hugo C. F.; ZAVERUCHA, Jorge. LOMAN: Um legado autoritário civil-militar do regime militar. **Revista Teoria & Sociedade**, v. 24, n. 1, jun. 2016. p.110 -124.

MEYER, Emilio Peluso Neder. Crimes contra a Humanidade, Justiça de Transição e Estado de Direito: Revisitando a Ditadura Brasileira. **Brasiliana: Journal for Brazilian Studies**, v. 4, n. 1, p. 208-242, 2015.

NAPOLITANO, Marcos. Recordar é vencer: as dinâmicas e vicissitudes da construção da memória sobre o regime militar brasileiro. **Antíteses**, vol. 8, núm. 15, novembro, 2015, pp. 9-45 Universidade Estadual de Londrina Londrina, Brasil.

OLIVEIRA, Isabela Amorim de. **Política externa do governo Bolsonaro: Uma análise sobre a participação brasileira no desmantelamento institucional da UNASUL e na criação do PROSUL**. 2022. 78 f. Monografia (Bacharel em Relações Internacionais) – Relações Internacionais – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2022.

OLIVEIRA, Nildete S. **Justiça de transição: direito de acesso à informação, à verdade e a memória**. 2017. 412 f. Tese (Doutorado em Direito) - Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017.

PIRES JÚNIOR, P. A.; TORELLY, M. D. As razões da eficácia da lei de anistia no Brasil e as alternativas para a verdade e justiça em relação as graves violações de direitos humanos ocorridas durante a ditadura militar (1964-1985). In: **Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica**, v. 8, n. 8, p. 183-219, 2010. Belo Horizonte: Instituto de Hermenêutica Jurídica, 2010.

RODRIGUES, Gilberto M. A. El Trump del Trópico? Política exterior de ultraderecha en Brasil. **Análisis Carolina**, n. 6, 2019.

SILVA, M. G.; RODRIGUES, T. C. M. O Populismo de direita no Brasil: neoliberalismo e autoritarismo no governo Bolsonaro. **Mediações - Revista de Ciências Sociais**, v. 26, n. 1, p. 86-107, 2021.

ZAVERUCHA, Jorge. Prerrogativas militares nas transições brasileira, argentina e espanhola. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n.19, 1992, p. 56-65.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço à minha família por ter me ensinado a nunca desistir dos meus sonhos. O apoio da minha mãe, Sabrina Gabriela, e da minha avó, Alzileide Lira, foram fundamentais para que eu saísse do interior e viesse para a capital João Pessoa para realizar meu sonho de cursar Relações Internacionais. Elas são a minha razão de estar aqui hoje.

Agradeço ao meu pai, Leonardo Zanon, que sempre me incentivou a estudar. Agradeço também aos meus dois irmãos, Haylander Richard e Harlly Renne. Ambos foram importantes para que eu continuasse nessa trajetória.

Agradeço aos meus amigos. Fiz muitas amizades ao longo desses anos. Anaelly Santos, Luiz Alberto, Juliane Hadassa e Beatriz Firmino, vocês foram fundamentais para que eu não desistisse do curso nos primeiros semestres.

Agradeço a meus dois amigos virtuais, Júlio Lino e Paulo Ricardo, pela companhia e amizade nas madrugadas depois de ter passado o dia inteiro estudando, vocês me animavam e deixava o meu dia melhor.

Agradeço aos meus dois amigos virtuais, Júlio Lino e Paulo Ricardo, pela companhia e amizade nas madrugadas, depois de ter passado o dia inteiro estudando. Vocês me animavam e deixavam o meu dia melhor.

Agradeço imensamente a Isabel Alves, Ruth Emanuelle, Ícaro Yuri, Lucas Henrique e Leonardo Lins. Vocês foram meu núcleo de apoio durante o processo de construção deste trabalho. Agradeço a cada momento e a cada conversa. Vocês sempre ficaram na minha memória.

Agradeço aos meus grandes amigos Emerson Santos, Pedro Victor, Sergio Henrique, Ítalo Estevão e Emanuel Oliveira, que me acolheram. Sempre irei lembrar de vocês. Agradeço aos meus amigos e companheiros de trabalho no período do estágio, Pietra Bívica, Luíza Araújo e Igor Duarte, vocês não imaginam o quanto minha vida mudou depois que os conheci. Sou muito grato pelos conselhos, conversas e momentos de distração. A presença de vocês foi muito importante nos últimos meses.

Agradeço à minha orientadora Jenifer Queila por ter aceitado me orientar neste estudo, sou muito grato por todo o processo e pelo apoio.

Agradeço a todos aqueles que me auxiliaram quando cheguei em João Pessoa. Não foi fácil o primeiro ano de curso, mas graças a vocês consegui me reerguer e disso não esquecerei.